



3095 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

NUCLEAÇÃO DE ESCOLAS RIBEIRINHAS NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ/PA
Eraldo Souza do Carmo - UFPA - Universidade Federal do Pará

RESUMO: O texto discute a política de nucleação de escolas ribeirinhas no Arquipélago do Marajó no município de Currálinho/PA. Problemática as implicações dessa política na realidade dos alunos no que tange as condições de acesso, rendimento escolar dos alunos e infraestrutura das escolas. A corrente teórica utilizada para a análise foi o materialismo histórico-dialético. A base empírica foi subsidiada pelas entrevistas semiestruturadas com professores, gestores, lideranças comunitárias, pais e alunos, além de análise documento como o projeto de nucleação e dados educacionais do Censo Escolar do município no período de 2001 a 2014. A pesquisa evidenciou que contraditoriamente, embora tenha se ampliado o acesso das populações ribeirinhas do município à escola, além de melhorar as taxas de rendimento, como as de aprovação e abandono, os estabelecimentos de ensino apresentam-se deteriorados, e assim não atendem satisfatoriamente às necessidades pedagógicas para as práticas de ensino das escolas. Assim sendo, o ensino se realiza ainda em circunstâncias precárias, evidenciando as limitações da nucleação na garantia do direito e da qualidade social à educação em condições de igualdade às populações ribeirinhas do município de Currálinho.

Palavras Chaves: Nucleação; Escolas; Qualidade.

NUCLEAÇÃO DE ESCOLAS RIBEIRINHAS NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ/PA

RESUMO: O texto discute a política de nucleação de escolas ribeirinhas no Arquipélago do Marajó no município de Currálinho/PA. Problemática as implicações dessa política na realidade dos alunos no que tange as condições de acesso, rendimento escolar dos alunos e infraestrutura das escolas. A corrente teórica utilizada para a análise foi o materialismo histórico-dialético. A base empírica foi subsidiada pelas entrevistas semiestruturadas com professores, gestores, lideranças comunitárias, pais e alunos, além de análise documento como o projeto de nucleação e dados educacionais do Censo Escolar do município no período de 2001 a 2014. A pesquisa evidenciou que contraditoriamente, embora tenha se ampliado o acesso das populações ribeirinhas do município à escola, além de melhorar as taxas de rendimento, como as de aprovação e abandono, os estabelecimentos de ensino apresentam-se deteriorados, e assim não atendem satisfatoriamente às necessidades pedagógicas para as práticas de ensino das escolas. Assim sendo, o ensino se realiza ainda em circunstâncias precárias, evidenciando as limitações da nucleação na garantia do direito e da qualidade social à educação em condições de igualdade às populações ribeirinhas do município de Currálinho.

Palavras Chaves: Nucleação; Escolas; Qualidade.

1 PERCURSO DA PESQUISA

A questão que norteou a pesquisa foi compreender em que sentido a política de nucleação das escolas ribeirinhas no município de Currálinho tem assegurado o direito à educação no que concerne ao acesso e a permanência de crianças e jovens nas escolas.

Desta forma, os objetivos se configuraram em: analisar as estruturas física e pedagógica das escolas núcleos para o atendimento educacional dos alunos do campo; verificar em que condições as crianças, adolescentes e jovens acessam às escolas núcleos; e analisar a repercussão da política de nucleação nos indicadores educacionais das escolas do campo tendo em vista a garantia do direito à educação das populações ribeirinhas.

O método de análise foi com base no materialismo histórico e dialético. É importante situar, antes de tudo, que o método de pesquisa, nas ciências humanas, não é um processo de escolha aleatória, pois tem a ver com concepções de mundo, de homem e de sociedade. Essa premissa remete à forma como é analisado um dado fato histórico e também como são concebidas as transformações sociais, para se ter a dimensão de como se revelam no seu aspecto específico para se chegar à noção da totalidade.

Ao se referir à trajetória do método científico para compreender a totalidade do objeto, Marx (2008, p. 258) enfatiza que: "Parece mais correto começar pelo que há de concreto e real nos dados; assim, pois, na economia, pela população, que é a base e sujeito de todo o ato social de produção". Assim sendo, pontua que para compreender o objeto na sua complexidade é importante partir de categorias mais simples, avançando para aspectos mais complexos. Para ele, o primeiro olhar sobre a realidade do objeto ainda é de uma visão caótica, e que o retorno, a viagem inversa, possibilita construir outra representação, não mais caótica do todo, mas com uma visão da totalidade do objeto. (MARX, 2008)

Foi com essa perspectiva que se emergiu no campo da pesquisa, a fim de desvelar a complexidade do **objeto de estudo**, que consistiu em entender as implicações da política de nucleação na efetivação do direito à educação e à qualidade da educação escolar no campo. Assim sendo, as análises dos indicadores de acesso e permanência nas escolas, infraestrutura, formação de professores e transporte escolar foram fundamentais para nas análises do objeto. Diante disso, compreendemos que a qualidade do ensino não se limita a considerar apenas os dados quantitativos dos indicadores educacionais desvinculados da realidade social onde são produzidos.

Dessa forma, as visitas às escolas e as viagens nos transportes escolares com os alunos possibilitaram vivenciar os desafios diários que enfrentam para chegarem às escolas ribeirinhas. Os primeiros olhares revelam a complexidade para que o direito à educação desses sujeitos sejam garantido em condições de igualdade como assegura a LDB 9394/1996 (BRASIL, 1996). Logo às condições de ensino, acesso e permanência nas escolas, transporte ganham novos contornos nessa realidade.

Diante disso, a pesquisa buscou compreender as singularidades da nucleação de escolas ribeirinhas no município de Currálinho, lócus da investigação, marcado por desigualdades sociais, culturais e econômicas, que se refletem nas condições de vida das populações. Em suma, possibilitou analisar as particularidades do objeto no próprio contexto sociopolítico onde ele está inserido.

A pesquisa constituiu-se de três fases. A primeira de levantamento bibliográfico que possibilitou a formação da base teórico-conceitual do objeto da pesquisa e das categorias analíticas a partir dos eixos de análises como o direito à educação e a qualidade da educação.

A fase seguinte se deu por meio da coleta de dados documentais na secretaria municipal de educação, tais como: Balanço financeiro do município de Curralinho no período de 2003 a 2010; Dados educacionais do município no período de 2001 a 2014; Projeto de implantação da política de nucleação – SEMEC e Planos Municipais de Educação aprovado em 2012 e 2015.

Quanto às entrevistas, foi utilizada a modalidade semiestruturada, conduzida por um roteiro elaborado previamente. Os sujeitos selecionados ligados diretamente ao objeto da pesquisa evidenciaram suas percepções com bastante propriedade, contribuindo para elucidar as contradições (LAKATOS; MARCONI, 1986). Assim sendo, para a amostra da pesquisa selecionou-se dois gestores da SEMEC, três técnicos educacionais; cinco líderes de comunidades; cinco gestores escolares; três coordenadores pedagógicos; sete professores; cinco pais de alunos e dois alunos.

Uma vez realizada a etapa da coleta dos dados, o passo seguinte foi a sistematização e análise dos dados obtidas por meio dos documentos e das entrevistas. Esses processos consistiram na categorização dos documentos e das entrevistas após as transcrições. Esse procedimento possibilitou extrair informações pertinentes para a formação da base empírica e teórica da pesquisa para que se procedesse o processo de análise da efetivação da política de nucleação das escolas do campo ribeirinhas em Curralinho.

Nesse processo, as categorias analíticas do materialismo, tais como totalidade, contradição e mediação, foram fundamentais no confronto às diferentes posições emergentes nos documentos e nas falas dos sujeitos entrevistados uma vez que evidenciaram indícios sobre as singularidades dialéticas da efetivação da nucleação. Nesta perspectiva, no processo de interpretação das falas e dos documentos, foi utilizada a técnica de *análise do discurso*, por se tratar de uma forma que melhor contribuiria no processo de identificação dos determinantes do objeto de estudo.

Assim, a análise da nucleação, a partir dessa ótica, serviu para desvendar os discursos governamentais subjacentes nos discursos de qualidade do ensino e o que determinou a opção por essa política, e também para atender o papel das populações do campo nesse processo. A partir do cotejamento de diferentes discursos à luz dos referenciais teóricos, foi possível elucidar um novo conhecimento. Sem dúvida, as análises minuciosas dos depoimentos dos gestores, técnicos, professores, coordenadores pedagógicos, lideranças comunitárias, pais e alunos ao evidenciarem suas posições e percepções em relação à nucleação; cada um dos sujeitos de uma posição social evidenciou as intencionalidades da política, discursos de convergências, antagônicos e contraditórios, e isso nos forneceu a base para a formação conceitual sobre a nucleação em Curralinho (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005; CAREGNATO; MUTTI, 2006).

As entrevistas nos possibilitaram identificar as nuances e contradições da política de nucleação ao se materializar na realidade social concreta das comunidades ribeirinhas de Curralinho. Por fim, trilhou-se por esse caminho metodológico com a expectativa de que ele possibilitaria encontrar os determinantes do objeto do estudo, ou seja, das implicações da política de nucleação na efetivação do direito e qualidade social da educação nas escolas do campo do município de Curralinho – Arquipélago do Marajó/PA.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA NUCLEAÇÃO EM CURRALINHO

A implementação da Política de Nucleação das escolas rurais de Curralinho ocorreu a partir do ano de 2002. Importa destacar que a nucleação ocorreu no Brasil a partir dos anos de 1970, usando como justificativa a ampliação e elevação da qualidade da educação escolar às populações rurais. Esse processo ocorreu a partir da reunião de escolas que funcionavam em regime multisseriado ou de forma isolada nas comunidades do campo. Essas experiências de nuclear escolas, conforme Ramos (1991) e Vasconcellos (1993), haviam sido realizadas em países como Índia, Estados Unidos (EUA), Costa Rica, Líbano e Irã, pautadas também no discurso de elevar a qualidade do ensino oferecido às populações do campo.

Assim sendo, o sentido da nucleação era criar os grandes núcleos escolares em comunidades e povoados mais populosos. Dessa forma, a estratégia era eliminar as pequenas escolas que funcionavam com professores unidocentes no modelo multisseriado e criar os núcleos escolares. Com essas mesmas justificativas, de reduzir as escolas multisseriadas no campo e elevar a qualidade do ensino que a nucleação foi instituída em Curralinho pelo governo municipal.

Um dos grandes problemas do município era a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental às populações que residiam no campo. Os estudantes ao finalizarem os anos iniciais do ensino fundamental tinham três opções, paravam de estudar, ficavam repetindo a mesma série ou, os que os pais tinha condições levavam para a cidade para que pudessem continuar os estudos, porém, eram apenas uma minoria.

O histórico de oferta educacional às populações do campo era apenas para as séries iniciais do Ensino Fundamental, uma vez que o governo do Estado era o responsável pela oferta dos anos finais desse nível de ensino, porém, se restringia apenas as escolas urbanas. Ocorre que, com o processo de municipalização do ensino que vinha correndo nos anos finais de 1990 no Estado do Pará, o município por não fazer adesão continuou a desempenhar as mesmas atribuições no ensino. Entretanto, o Governo do Estado do Pará, apesar de continuar assumindo os anos finais do Ensino Fundamental, não ampliou o atendimento, sobretudo às populações do campo. Assim, a gestão municipal, a partir do ano de 2000, conforme dados do Censo Escolar, iniciou sua atuação na etapa final do Ensino Fundamental. (INEP/Censo Escolar, 2000).

Entretanto, as populações do campo continuavam sem atendimento dos anos finais do Ensino Fundamental em suas comunidades. Diante disso, havia uma cobrança das organizações sociais do município e das populações rurais pela oferta do ensino de 5ª a 8ª série, no campo. Ocorre que todas as 96 (noventa e seis) escolas rurais do município ofertavam ensino no regime multisseriado. Dessa forma, uma das saídas encontradas pela Secretaria de Educação [1] foi de organizar as escolas do campo em núcleos, a fim de que fosse ofertado o ensino de 5ª a 8ª série.

Inicialmente, a SEMEC realizou um diagnóstico no município que identificou onde estavam situadas as escolas do campo, as condições estruturais e os ambientes onde funcionavam, assim como a demanda de alunos das comunidades. Com base nessas informações, construiu-se, em 2002, o projeto de nucleação, intitulado "A nucleação das escolas da zona rural", que:

[...] pretende atender as necessidades educacionais do município aglomerando as escolas de pequeno porte em núcleos educacionais facilitando o acesso e permanência dos alunos na escola, melhorando assim a qualidade do processo ensino aprendizagem e a formação dos profissionais da Educação. (CURRALINHO, 2002).

Dessa forma, as premissas da nucleação – aglomerar, juntar, reunir as escolas de pequeno porte em núcleos, sob o argumento de promover o acesso e a permanência dos alunos na escola, e elevar a qualidade do ensino – se reproduziram no município de Curralinho. Essas intencionalidades estão em pleno acordo com o que expressam Silva, Morais e Bof (2006, p. 117), de que "A nucleação aposta na eliminação das multisséries e isolamento pedagógico a que estão submetidas as escolas rurais de sítios e fazendas, o que impede o exercício contínuo de supervisão escolar e outras tarefas administrativas e pedagógicas".

Portanto, a nucleação em Curralinho consistiu na reunião das pequenas escolas em apenas uma, para a formação do núcleo escolar. Esse processo se caracterizou como ação política do governo para redução do multisseriado e constituição das escolas em núcleos, (CURRALINHO, 2002), ou seja, uma das justificativas para esse processo, em Curralinho, era a de que ele iria ampliar o Ensino Fundamental, a fim de torná-lo acessível para as populações do campo.

Entretanto, cabe destacar que apenas 46% (por cento) dos prédios escolares situados no campo eram próprios do município. Além do mais, as escolas eram mantidas na sua maioria em residências particulares de pessoas da comunidade, ou, então funcionavam em salões comunitário ou igrejas. Era uma ou outra escola que tinha um pequeno prédio, mas na sua maioria funcionava em casas de terceiros, às vezes na casa do próprio professor quando era morador daquela comunidade (CURRALINHO, 2002).

Essas situações evidenciavam a falta de comprometimento do poder público com a garantia do direito à educação para as populações do campo e com as condições de trabalho dos docentes, dadas as condições precárias e improvisadas em que funcionavam as escolas. Aliados a essa realidade dos estabelecimentos de ensino no campo, outros indicadores educacionais do município evidenciam o quão precária encontrava-se a oferta de ensino. Conforme informações do relatório do PNUD, no ano 2000, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade era 32%; no

mesmo ano, para a população da faixa etária de 11 a 14 anos, o percentual era de 31% (PNUD, 2013).

Destaca-se, além disso, a baixa oferta de matrículas, no ano de 2001, para a população da faixa etária entre 11 e 14 anos, ou seja, apenas 30% era atendida nos finais do Ensino Fundamental. Quanto aos índices de aproveitamento escolar dos alunos das escolas do campo (1ª a 4ª série), no ano de 2001, conforme informações do Censo Escolar, eram a seguinte: aprovação, 54%; reprovação, 46%, considerando apenas as matrículas finais. Contudo, ao considerar as matrículas iniciais, a taxa de abandono representava 18%. Em síntese, o aproveitamento escolar era de 46% e o fracasso, de 56% (CURRALINHO/SEMEC, 2001).

Apesar dessa situação, o governo municipal tinha a convicção de que, por meio da política de nucleação das escolas do campo, seria possível reverter esses indicadores educacionais. Por isso, dentre os objetivos da política de nucleação destacaram-se:

1 Agrupar as Escolas de pequeno porte na perspectiva de eliminar o multisseriado e aumentar o nível de escolaridade da população da zona rural; 2 Construir prédios com infraestrutura adequada, acompanhada do transporte escolar; 3 Construir prédios com infraestrutura adequada para os alunos e alojamento para os professores que se deslocam da cidade para a zona rural. (CURRALINHO, 2002, p. 8).

Chamou a atenção o primeiro objetivo ao condicionar a elevação da escolaridade das populações do campo ao processo de agrupamento das escolas e à eliminação do multisseriado no sistema de ensino. Em detrimento disso, o governo condicionou o direito à educação as populações ribeirinhas do município a organização educacional por meio da nucleação das escolas. Assim, pretendeu-se em ampliar o Ensino Fundamental para o campo, porém, a partir da redefinição da organização dos estabelecimentos de ensino em forma de escolas núcleos.

Ademais, havia a intenção de capacitar os profissionais da educação, construir os prédios escolares com alojamento para os professores, viabilizar o transporte escolar e o acompanhamento pedagógico às escolas, e ampliar a oferta de ensino como contenção do êxodo rural. Todas essas estratégias estavam em função da ideia de que sua efetivação contribuiria para elevar a qualidade da educação escolar no campo.

A fim de dar materialidade à nucleação, a SEMEC entre 2002 e 2014 eliminou 74 (setenta e quatro) escolas multisseriadas com a instituição de 17 (dezesete) escolas núcleos, permanecendo apenas 22 (vinte e duas) unidades no sistema de ensino. (CURRALINHO, 2014). Importa destacar que os locais onde as escolas foram fechadas passaram a ser atendidos pelo transporte escolar para garantir o deslocamento dos alunos de suas residências até as escolas núcleos.

3 A NUCLEAÇÃO E AS CONTRADIÇÕES DOS INDICADORES EDUCACIONAIS EM CURRALINHO

Os dados empíricos da pesquisa revelaram que a política de nucleação, em meio às contradições, tem seus aspectos positivos, principalmente quanto à ampliação da oferta das etapas e modalidade de ensino no campo. Ao considerar a realidade da Educação Infantil os dados do Censo Escolar revelam crescimento de matrículas nas escolas do campo no período de 2001 a 2014, nas creches a ampliação foi de 5,3% e na pré-escola de 465,2%, embora a oferta ainda tenha ficado abaixo da demanda para a população da faixa etária. (CURRALINHO, 2001, 2014)

De acordo com a base do Censo Demográfico de 2010, as matrículas na rede municipal de ensino as crianças de 0 a 3 anos representavam atendimento para 1,4% (por cento) da população da faixa etária e de 4 e 5 anos para 51,2%. Desta forma, as matrículas mesmo tendo crescido ficaram abaixo da demanda, ou seja, a ampliação das matrículas não foi suficiente para garantir o direito à educação a todas as crianças residentes no campo, especialmente para as que deveriam ficar nas creches. (IBGE, 2010).

Ao considerar os indicadores de matrícula e a população da faixa etária, para o ano de 2010, havia cerca de 84,6% de crianças entre 0 e 3 anos sem atendimento em creche no campo e, na pré-escola, 48,8%. Para o ano de 2014, não houve grande alteração, pois, conforme a contagem populacional do IBGE, a população cresceu no período entre 2010 e 2014, 10,7%, e o acréscimo de matrículas representou 20 e 11,2%, respectivamente, para creche e pré-escola, ou seja, a faixa etária de 4 e 5 anos, que passou a ter oferta obrigatória, cresceu bem pouco em relação à população. Com isso, denota-se que a demanda por Educação Infantil no campo ainda é bastante elevada. (IBGE, 2010).

Quanto ao Ensino Fundamental nas escolas do campo tiveram crescimento bastante representativo. Ao compararmos o total de matrículas com o total da população da faixa etária de 6 a 14, conforme o Censo Demográfico de 2010, as matrículas estavam bem acima e correspondiam a 126,6% a mais (IBGE, 2012), o que pode ser explicado pelo alto índice de distorção idade/série nessas escolas. De acordo com os dados desse Censo Escolar, em 2010, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, esse índice era de 56% e, nos anos finais, era de 75% (BRASIL/INEP, 2010).

Quanto à oferta de matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental no campo, verificou-se uma evolução exponencial. Entre 2002 e 2014, o crescimento foi de 1.434,5%, muito em função da inexistência desse nível de ensino no campo até o ano de 2002, porém, de 2013 a 2014, o crescimento registrado foi de apenas 7,3%. Com relação aos indicadores de rendimento, para o Ensino Fundamental, todos os índices tiveram melhora. A taxa de aprovação saiu de 44,9%, em 2002, para 76,1%, em 2014. Tendo tido o melhor desempenho no ano de 2012, 78,7%, e pior em 2004, 40,9%. A taxa reprovação também obteve melhora, diminuindo de 30,4%, em 2012, para 16,9%, em 2014. Entretanto, seu pior desempenho foi registrado no ano de 2003 (38,3%) e o melhor em 2012 (13%).

No que se refere ao abandono, também houve melhora entre 2002 e 2014, de 17,7 pontos percentuais. Todavia, os são inconstantes, nessa perspectiva, o fracasso escolar também tem reduziu, ou seja, em 2002 era de 55,1% e passou para 24%, em 2014, redução de 31,1 pontos percentuais no período. Mas esses percentuais foram bem mais acentuados no ano de 2004, quando chegaram a 59,1%, bem como em 2012, chegando a 21,3%.

Em relação aos anos finais do Ensino Fundamental, os índices têm apresentado melhoria. Verifica-se que o percentual de aprovação evoluiu de 56,3%, em 2002, para 74,4%, em 2014, crescimento real de 18,1 pontos percentuais. No entanto, o melhor desempenho para esse índice foi em 2007, com 83,7%. Quanto ao índice de reprovação que, no ano de 2002, registrou 7,7%, apesar de ter reduzido para 3,6%, em 2006, nos anos seguintes voltou a crescer, chegando, em 2014, a 16,6%.

Ainda nessa etapa de ensino, os índices sobre o abandono têm reduzido, saindo de 35,9%, no ano de 2002, para 9%, em 2014, redução de 26,9 pontos percentuais no período em análise. Por fim, de 2002 para 2014, o fracasso escolar saiu de 43,7% para 25,6%, respectivamente, ou seja, uma redução de 12,7 pontos percentuais no período, atingindo seu menor patamar quando ficou em 16,3%, no ano de 2007. Logo, nessa etapa de ensino, enquanto os índices de abandono obtiveram melhora, os de reprovação têm crescido nos últimos anos. Esse processo pode estar relacionado à política do transporte escolar, tendo em vista que o município intensificou a implementação dessa política com a implementação da nucleação.

Entretanto, os índices apresentados, principalmente os de fracasso escolar, são inaceitáveis, uma vez que grande parte dos alunos não está tendo aproveitamento escolar satisfatório. Isto evidencia que apenas o acesso à escola não é suficiente para que os alunos obtenham bons índices de aprendizagem. Denota-se, com isso, que não basta a reorganização das escolas, as possibilidades de acesso que possibilitam a melhoria dos índices de rendimento escolar. Dessa forma, a política de nucleação tem se mostrado insuficiente para que as escolas do campo eliminem seja os índices de reprovação quanto de abandono.

De acordo com Pinto *et al.* (2006)

A situação da educação básica na zona rural pode ser analisada a partir da taxa de distorção idade-série, que indica o rumo do nível de desempenho escolar e da capacidade do sistema educacional manter a frequência do aluno em sala de aula. Se a falta de sincronismo idade-série é um problema ainda a ser superado nas escolas urbanas, o quadro na zona rural se mostra ainda mais grave. (PINTO *et al.*, 2006, p. 21)

As análises dos autores são bastantes pertinentes quando se observa a realidade do município de Curralinho em que os dados da distorção idade

série também têm maior concentração nas escolas do campo. Entretanto, este processo como pontua Pinto et al. (2006, p. 21) é "[...] decorrente do desamparo histórico a que a população do campo vem sendo submetida, e que se reflete nos altos índices de analfabetismo, a oferta de um ensino de qualidade se transforma numa das ações prioritárias para o resgate social dessa população".

Verifica-se ainda que os índices de distorção idade-série no sistema de ensino em Curralinho são crescente conforme a evolução das séries nas etapas e níveis de ensino. Isto evidencia que a política de nucleação teve como preocupação central a garantia das matrículas na rede de ensino do campo, sem criar políticas efetivas para reduzir os indicadores de qualidade da educação escolar.

Os dados educacionais das escolas do campo em Curralinho com a instituição da política e nucleação revelam-se contraditórios, uma vez que a ampliação do acesso à escola para as populações não têm sido acompanhada da qualidade social da educação. Há, assim, um nítido hiato entre quantidade e qualidade no ensino, "como se isso fosse possível" (PARO, 2001), pois o Estado capitalista contabiliza apenas a quantidade (se há carência de escola), e, quando a "quase totalidade" da população já estiver sendo atendida pela escola, estará plenamente satisfeita a sua intencionalidade, que seria a de garantir o acesso.

No entanto, é preciso questionar essa lógica do Estado capitalista, uma vez que esse processo tem marginalizado milhares de crianças e jovens. No entender de Paro (2001), essas crianças e jovens estão passando pela escola sem obter ensino escolarizado, com isso têm ficado à margem dos benefícios da civilização que a própria classe trabalhadora ajudou a construir. Logo, nessa perspectiva, "[...] na escola, a garantia de um bom produto só pode se dar garantindo-se o bom processo" (PARO, 2001, p. 93). O produto da escola, segundo esse autor, perpassa pelo processo pedagógico, enquanto trabalho humano e requer a existência do objeto de trabalho, que é o educando, esse fato, se constitui na ação educativa, que, no processo, se transforma no produto a ser construído, que é "[...] o aluno educado com a porção de educação que objetivou alcançar no processo" (PARO, 2001, p. 94).

De toda forma, os resultados de rendimento das escolas nucleadas de Curralinho conformam-se com a tese de Vasconcelos (1993), de que o processo de nucleação não apresenta grandes vantagens, no que se refere ao processo de aprendizagem, entre escolas pequenas e grandes, surgidas em função da nucleação. Dessa forma, argumenta que, contrariando os defensores da nucleação, as diferenças não existem na prática. Pode-se inferir que o problema determinante dos indicadores de acesso e qualidade está diretamente relacionado às condições sociais de onde a escola está inserida, além do mais, é preciso atentar para as peculiaridades da organização do processo pedagógico da escola.

No que se refere às condições estruturais das escolas, em que uma das finalidades da política de nucleação era de organizar a rede escolar física das escolas do campo, equipadas com salas de aula, secretaria, diretoria, copa cozinha, alojamento a professores e transporte escolar. Dessa forma, a gestão municipal buscou convencer as comunidades que teriam as escolas fechadas de que os alunos ganhavam escolas mais bem estruturadas para estudarem. Contudo, foi demarcada por contradições a materialização dessas intencionalidades.

O primeiro aspecto que os dados empíricos revelaram é que, embora a nucleação das escolas tenha ocorrido, elas continuaram a funcionar em espaços alugados, nos barracões, nos mesmos lugares onde as escolas multisseriadas funcionavam, sendo apenas ampliados ou acrescidos de outros espaços também alugados. Conforme relatou o *Secretário de Educação*¹, em 2002, quando foram implantados os 10 (dez) primeiros núcleos no campo, apenas 2 (duas) escolas ganharam prédios novos, os demais funcionaram nas circunstâncias apresentadas.

Portanto, ao contrário do que fora anunciado no projeto da nucleação, as escolas, mesmo nucleadas, continuaram, porém, a funcionar nas mesmas condições estruturais que as escolas multisseriadas funcionavam, em locais improvisados, como casas alugadas ou barracões comunitários. Os prédios escolares foram sendo construídos paulatinamente. A título de exemplo, uma das escolas foi constituída núcleo no ano de 2002, mas só teve o prédio escolar construído no ano de 2009. Durante todo esse período, funcionou em uma casa alugada na comunidade.

Outro aspecto a destacar é que todas as 17 (dezesete) escolas núcleos são construídas de madeira, ou seja, o tempo útil dessas construções é bem menor do que de uma feita em alvenaria. Em termos de ambiente de aprendizagem e de equipamentos, estão longe de atenderem aos padrões de uma boa escola, a começar pelos setores administrativos, havendo apenas uma unidade que dispõe de sala de professores e outra, com espaço para a secretaria da escola.

Constatou ainda que nenhuma das escolas dispõe de biblioteca ou de sala de leitura, espaços essenciais de aprendizagem, que não foram previstos no planejamento arquitetônico desses estabelecimentos de ensino. Quanto aos outros ambientes de aprendizagem, nenhuma escola núcleo conta com salas de TV/DVD e laboratórios de ciências. Observou-se, ainda, que as escolas não dispõem de água filtrada, eletricidade, com exceção de apenas uma escola, situada em vila, que conta com energia elétrica 24 horas, as demais conseguem energia apenas por meio de geradores. Embora haja o registro da existência de duas escolas com laboratórios de informática, na realidade elas apenas foram contempladas com equipamentos, não tendo sido instalados até o ano de 2014, por falta de espaço físico.

No que se refere ao acesso à internet, nenhuma escola está conectada. Somam-se a isso outras situações de escolas que não dispõem de refeitório para os alunos, área de lazer, quadra de esporte e banheiros adequados, já que são construídos todos em área externa à escola. Verifica-se que até insumos básicos essenciais para dar suporte à aprendizagem dos alunos não estão disponíveis nas escolas núcleos. Diante dessa realidade, Soares, Razo e Farinas (2006, p. 52) avaliam que, "além de existir, as escolas precisam ensinar. Para tanto, são necessários insumos pedagógicos, tais como computadores e bibliotecas, infraestrutura física, tal como água e eletricidade, e, principalmente, bons professores, boa abordagem pedagógica e boa gestão". Eles acrescentam ainda que "é difícil de conceber uma escola sem água, sem eletricidade ou bibliotecas que não tenha consideráveis dificuldades para ensinar aos seus alunos conteúdos básicos" (SOARES; RAZO; FARINAS, 2006, p. 52).

Todavia, embora seja difícil de conceber essa situação, é assim, sem insumos pedagógicos básicos, que o ensino se materializa nas escolas rurais de Curralinho. São nessas condições adversas que se busca alcançar o produto da escola, a aprendizagem, porém, sem possibilitar aos professores todos os meios necessários para que dinamizem o processo de ensino e aprendizagem nas escolas do campo.

Outro aspecto importante para a efetivação da nucleação é o transporte escolar, a fim de possibilitar ao aluno o acesso às escolas, é condição *sine qua non*, ou seja, o transporte é tão indispensável aos alunos, a ponto de a sua falta, em qualquer um dos dias, inviabilizar as atividades de ensino das unidades educacionais. Conforme dados do Censo Escolar no ano de 2014 do total de alunos matriculados nas escolas do campo 69,2% dependiam do transporte escolar. Isso de certa forma elevou bastante os gastos do município.

Mesmo o município recebendo recursos do Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE), grande parte do investimento fica por conta do município. A título de exemplo no ano de 2014 dos R\$ 3.606.018,76 (três milhões seiscentos e seis mil cento e dezoito reais e setenta e seis centavos) 69,4% saíram dos cofres municipais. (SEMEC, 2015). Esta situação elevou bastante os gastos educacionais para o funcionamento da política de nucleação.

Este serviço ocorre sobre uma série de contradições, seja pela precarização da remuneração dos trabalhadores que trabalham como condutores das embarcações, também pela oferta de serviço precarizado, pondo em risco, inclusive, a integridade física dos alunos. Além do mais, a disponibilidade mensal, de forma regular, de combustível nem sempre ocorre e isso tem comprometido seriamente o ano letivo das escolas. O dia em que os barqueiros faltam com a prestação de serviço compromete as atividades pedagógicas das escolas.

Com isso, os duzentos dias letivos, como preconiza a LDB 9.394/1996, são descumpridos, inclusive com anuência da SEMEC. Conforme se verificou no livro de registro diário de uma das escolas núcleos, a previsão que, no ano de 2015, cumpririam apenas 145 dias letivos de aula. Ao visitar outra escola, a *professora* demonstrou insatisfação com a falta de regularidade no serviço do transporte escolar, demonstrando os registros em suas cadernetas dos dias de aula trabalhados.

Constatou-se que, no ano de 2013, a escola havia cumprido 138 dias letivos de aula, em 2014, foram 144, e, no ano de 2015, a previsão era de apenas 120 dias (Diário da Pesquisa de Campo). Os motivos mais alegados pela maioria das professoras foram a falta de combustível no transporte escolar, o adocimento do barqueiro ou um problema técnico na embarcação. De toda forma, a interrupção dos dias letivos sempre está relacionada

ao transporte.

Conforme relatos dos pais e observação *in loco*, outro problema está relacionado a falta dos equipamentos de segurança nos barcos, em alguns não há banheiros, filtro ou bebedouro de água para o uso dos alunos durante o percurso das viagens. Dessa forma, o serviço de transporte escolar, nas circunstâncias em que está sendo oferecido aos alunos, transgredir direitos e expõe as crianças em embarcações pelos rios, sem tutores nem equipamentos de segurança náutica.

Dessa forma, talvez a maior contradição da nucleação foi a política do transporte escolar, pois, ao mesmo tempo em que se viabiliza o acesso dos alunos às escolas, ocorre sobre as bases de um serviço prestado de forma precarizada. Há muitos barcos deteriorados e inadequados para o transporte de crianças, sem mencionar que todos eles são desprovidos de equipamentos de segurança para os alunos, como os coletes salva-vidas. Nessas condições, os direitos das crianças e adolescentes têm sido violados, em função de uma política que, na sua materialidade, é inadequada para a realidade territorial do município.

PARA NÃO CONCLUIR

Os indicadores de rendimento escolar das escolas do campo do município de Curralinho evidenciam que a política de nucleação não têm se mostrado eficiente, pois ainda são considerados elevados principalmente os dados de reprovação dos últimos anos. Isso evidencia que apenas a nucleação como política de reorganização das escolas do campo não é suficiente para elevar qualidade da educação escolar, como se propagou pelo governo entre as comunidades.

Nesta perspectiva, ainda que a política de nucleação no município de Curralinho tenha contribuído para ampliar o atendimento educacional as populações do campo, antigos problemas ainda persistem nessa realidade, como os índices de distorção idade série, formação de professores, escolas funcionando em condições precárias, transporte escolar inadequado entre outros. Isso evidencia a fragilidade do sistema de ensino em manter os alunos na escola ou mesmo garantir matrículas as populações na idade certa. Esses são os desafios iminentes de uma política educacional quando deixa de considerar as peculiaridades das populações locais, ou seja, como toda política pública, ela tem suas potencialidades e contradições, fruto dos interesses divergentes do Estado capitalista e da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. PNUD/ATLAS. Estrutura Etária da População, Curralinho-PA. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/curralinho_pa>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. Censo da educação básica 2012 – resumo técnico. Brasília, DF: O Instituto, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf>. Acesso em: 25 set. 2013.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 jun. 2015.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Texto contexto-Enfermagem, v. 15, n. 4, Florianópolis, p. 679-684, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072006000400017&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 set. 2013.

CURRALINHO. Diretoria Municipal de Ensino Fundamental. Estatística anual. Curralinho, PA: Secretaria Municipal de Educação, 2014. Mimeo

_____. Relatório referente à estrutura física e pedagógica das escolas multisseriadas do município de Curralinho. Curralinho, PA: Secretaria Municipal de Educação, 2015. Mimeo.

_____. Relatório financeiro do setor de transporte escolar do município de Curralinho. Curralinho, PA: Secretaria Municipal de Educação, 2015. Mimeo.

_____. Projeto de Nucleação das Escolas da Zona Rural. Curralinho, PA, 2002. Mimeo.

_____. Diretoria Municipal de Ensino Fundamental. Estatística anual. Curralinho, PA: Secretaria Municipal de Educação, 2001. Mimeo.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo Demográfico 2010. Sinopse. Pará-Curralinho. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150280&idtema=1&search=para|curralinho|censo-demografico-2010:-sinopse->>>. Acesso em: 6 mai. 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar 2000. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

LAKATOS, E.; MARCONI. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1986.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PARO, Vitor Henrique. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã (2001).

PINTO, José Marcelino et al. O Desafio da Educação do Campo. A educação no Brasil rural. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/430>>. Acesso em: 7 mai. 2013.

RAMOS, Lílian Maria Paes de Carvalho. Programa escolas rurais consolidadas. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 77, p. 19-23, mai. 1991. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n77/n77a02.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. ALEA – Estudos Neolatinos, v. 7, n. 2, Rio de Janeiro, p. 305-322, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2005000200010>. Acesso em: 13 fev. 2014.

SILVA, Lourdes Helena da; MORAIS, Teresinha Cristiane de; BOF, Alvana Maria. In: BOF, Alvana Maria (Org.); SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno et al. A educação no Brasil rural. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/430>>. Acesso em: 7 mai. 2013.

SOARES, Sergei; RAZO, Renata; FARIÑAS, Mayte. Perfil estatístico da educação rural: origem socioeconômica desfavorecida, insumos escolares deficientes e resultados inaceitáveis. In: BOF, Alvana Maria (Org.). A educação no Brasil rural. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 47-68.

THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, enquete operária e investigação social. São Paulo: Polis, 1987.

VASCONCELOS, Eduardo Alcântara de. Agrupamento de Escolas Rurais: Alternativa para o Impasse da Educação Rural? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 86, p. 65-73, 1993. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/894.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

[1] Essa decisão foi tomada na gestão do prefeito do município de Curralinho, o senhor Álvaro da Costa, do Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB), que governaria o município por 2 (dois) mandatos consecutivos, de 2001 a 2004 e de 2005 a 2008.